

EDITORIAL

TEMPO DE FESTA TEMPO DE HISTÓRIA

Ao longo dos anos o Instituto Nacional de Educação de Surdos recebeu deficientes auditivos de todo país que aqui ficavam durante todo o ano letivo. A Língua de Sinais surgida no INES espalhou-se por todo o Brasil quando os alunos que aqui estudavam voltavam para suas casas.

Este Instituto foi também responsável pela formação de professores, a divulgação da prática pedagógica e a implantação de serviços de atendimento aos surdos.

Na história da educação do surdo as controvérsias entre o uso exclusivo da linguagem oral e a aceitação da comunicação gestual ou Língua de Sinais têm levado os profissionais e estudiosos a, freqüentemente, assumirem opiniões opostas e radicais. Em 1980, no Congresso Internacional da Alemanha houve uma atitude positiva em relação à Língua de Sinais que, mesmo durante o domínio do oralismo, conseguiu manter-se viva. Aqui, da mesma forma que em outros países, a disputa entre adeptos da Filosofia Oralista e aqueles que defendem a Língua de Sinais sempre foi acirrada e trouxe grandes repercussões na educação dos surdos. De um lado temos os oralistas que acreditam na normalização, preconizam a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes, somente aceitando a língua oral. Com a valorização da modalidade oral de Língua, crê-se que não é benéfico o contato com sinalizadores, porque o sinal sendo mais fácil, tenderia a acomodar a criança, a não incentivá-la a falar e condenaria o deficiente auditivo a viver numa sub-cultura.

Por outro lado, os defensores da linguagem gesto-visual afirmam que o surdo, ao adquirir espontaneamente a Língua de Sinais, no convívio com seus pares, têm ampliado suas possibilidades de aquisição de conhecimentos cognitivo, social e emocional junto aos familiares e à comunidade educativa, sua auto-estima é elevada, valorizando sua Língua, lutando política e socialmente pelos seus direitos como minoria lingüística.

No Brasil, essas posições se refletem na Política Nacional, ora estimulando a adoção de princípios de integração com a colocação de alunos deficientes auditivos no ensino regular, ora valorizando o ensino especial. As Secretarias Estaduais de Educação e algumas das Secretarias Municipais prestam atendimento educacional ao portador de surdez em escolas do ensino regular (turmas comuns e classes especiais) o que se, por um lado vem facilitar o deslocamento menor dos alunos de suas residências tem, ao contrário, as desvantagens de manter o grupo de alunos e de professores isolados em suas salas e com poucos recursos técnicos. Algumas escolas especiais públicas e de organizações não governamentais (APADAS) têm profissionais variados: professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e médicos que dedicam um período para estudos e pesquisas dentro da área e podem contar com equipamentos, métodos e técnicas especializados, as quais facilitam o desenvolvimento da Língua de Sinais, mas têm a desvantagem de concentrar alunos provenientes de locais distantes.

A grande questão da surdez é a dificuldade de acesso às informações e à comunicação. A alfabetização plena, com domínio dos mecanismos e a compreensão dos conteúdos dos textos, torna-se fundamental para o surdo prosseguir seus estudos, ingressar e permanecer no mundo do trabalho e ascender profissionalmente. Este é o desafio para todos os educadores ainda hoje.

Marilene de A. M. Nogueira